

EFEITOS DO PNAE NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: a implantação da política de segurança alimentar e nutricional no município de Cláudio, MG

Sandra Meire Guimarães¹

Márcia Helena Batista Correa da Costa²

Ráimme Mayra do Nascimento Sousa³

RESUMO

Este estudo pretende desenvolver uma análise sociológica do funcionamento do Programa Nacional de Alimentar Escolar (PNAE), nas regiões 1 e 2 de planejamento do município de Cláudio, oeste de Minas Gerais e apresentar subsídios capazes de contribuir para uma avaliação qualitativa dos impactos do PNAE no fomento da produção agrícola familiar e no consumo alimentar adequado, saudável e solidário em escolas públicas.

Palavras-chave: segurança alimentar, política pública, alimentação adequada, agricultura familiar.

ABSTRACT

This study intends to develop a sociological analysis of the functioning of the National School Food Program (PNAE), in regions 1 and 2 of planning in the municipality of Cláudio, western Minas Gerais, and present subsidies capable of contributing to a qualitative evaluation of the PNAE impacts in the promotion of family agricultural production and adequate, healthy and supportive food consumption in public schools.

Key words: food security, public policy, adequate food, family farming.

1 INTRODUÇÃO

A configuração rural brasileira apresenta efeitos agrários e socioambientais devastadores, observados em toda a sua história de ocupação. Na contemporaneidade, esses efeitos são causados, especialmente, pelo cultivo de extensas monoculturas e pecuária e, em outros casos, por atividades não agrícolas, tais como: indústrias, comércios e serviços, em especial os que exploram o turismo de forma desenfreada, e deixam de se constituir em um vetor de desenvolvimento para desencadear insustentabilidade e redução da mão-de-obra para as atividades agrícolas em propriedades de pequeno porte. O agrônomo, José Graziano Silva

¹ sandramgflora@gmail.com

² maria.costa@uemg.com

³ raimmemayra@gmail.com

estudioso do novo rural brasileiro, embasa, teoricamente, grande parte deste estudo, que centraliza as reflexões sobre os limites tênues entre o rural e o urbano, a redução da mão-de-obra no meio rural e os efeitos do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), na produção e comercialização da produção agrícola familiar no município de Cláudio.

No campo empírico, busca-se observar e caracterizar como se configuram a ocupação e a produção rural do município de Cláudio, cidade de pequeno porte, localizada na mesorregião oeste de Minas Gerais (IBGE, 2010) e, conhecer os atores envolvidos na produção agrícola familiar do município, na comercialização de produtos da agricultura e agroindústrias familiares responsáveis por, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios que compõem o cardápio da alimentação escolar nas escolas públicas de Cláudio.

Os levantamentos reúnem a legislação pertinente que cria o PNAE; dados e informações socioambientais, econômicas e demográficas disponíveis no diagnóstico⁴ social do município, e ainda, entrevistas com técnicos da Emater, representantes da Associação de Produtores da Agricultura Familiar, gestores da Educação, da Saúde e da Promoção Social, e diretores escolares, cantineiras, alunos e familiares.

Sumariamente, pode-se afirmar que o levantamento de campo indica que os programas da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei Federal 11.346/06), especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegura um mercado institucional capaz de gerar um ambiente de certa tranquilidade para os agricultores familiares produzirem com mais qualidade e variedade. Todavia, a comercialização de produtos da agricultura familiar com as escolas é suspensa nos meses de janeiro e dezembro, períodos de férias escolares. Por isso, a PNASAN, institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para ampliar o mercado institucional. Neste estudo não há a pretensão de abordar o PAA e sim, concentrar-se no PNAE.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pela Lei Federal 11.346/06, fundamenta-se no direito humano de acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e variedade necessárias para manter a pessoa saudável. O propósito da política é de integrar todos os atores envolvidos na produção dos alimentos, na comercialização institucional e no consumo, de forma a assegurar ações intersetoriais envolvendo as áreas da educação, produção agrícola familiar, saúde e assistência social, para garantir a consolidação da política, e de forma mais direta, intervir na redução da mão-de-obra para as atividades agrícolas em propriedades de pequeno porte, assegurando a produção de alimentos adequados, cultivados próximos de onde serão consumidos.

Por outro lado, observa-se a ampliação das contradições que envolvem a realidade do agricultor familiar, diante do fomento ao crescente modelo produtivo do agronegócio, focado na lógica capitalista de mercado e na exportação de reduzida variedade de alimentos, com graves prejuízos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural alimentar, exercido na soberania alimentar, que resguarda a diversidade culinária das regiões brasileiras. Nesta perspectiva, a

⁴ Diagnóstico elaborado por equipe técnica que conduziu o processo participativo de elaboração e revisão do Plano Diretor do município. Disponível em <https://planodiretordeclaudio.wordpress.com/>. Acesso em maio de 2018.

agricultura familiar no Brasil caracteriza-se como um segmento que exerce relevante papel na soberania e segurança alimentar e nutricional, na proteção do meio ambiente, na manutenção de costumes alimentares e saberes populares acerca das plantas medicinais e alimentares, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local.

Este estudo pretende analisar o funcionamento do Programa Nacional de Alimentar Escolar (PNAE), em escolas localizadas nas regiões 1 e 2 de planejamento do município de Cláudio e apresentar subsídios capazes de contribuir para uma avaliação qualitativa dos impactos do PNAE no fomento da produção agrícola familiar e no consumo alimentar adequado, saudável e solidário nas escolas públicas. A análise parte da premissa de que o PNAE, por meio do FUNDEB, injeta significativo montante de recursos financeiros na agricultura familiar desde o ano de 2009, quando instituiu um mercado institucional de consumo obrigatório, de pelo menos 30% de alimentos originários da agricultura familiar na alimentação escolar das escolas públicas. Para tanto, houve um breve levantamento de campo com o objetivo de caracterizar a produção e comercialização da agricultura familiar do município de Cláudio, e a qualidade e variedade dos produtos consumidos na alimentação escolar, financiados pelo PNAE.

O município tem uma população de 25.771 hab, (IBGE, 2010), e 1.797 deste total são agricultores familiares com a Declaração de Aptidão do Produtor (DAP). Deste contingente de agricultores familiares apenas 25 deles comercializam com o mercado institucional, ou seja, vendem para as escolas públicas. Chama atenção ainda, o fato de o Município não dispor de Conselho de SAN, instância imprescindível para a implantação da política e para o reconhecimento de que a agricultura familiar representa importante papel na segurança alimentar e nutricional, na proteção ao meio ambiente, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local. Outro aspecto relevante da política de SANS são as interfaces que ela promove da produção agrícola com a promoção social, com a educação e com a saúde, eixos da proposta de capacitação para a política.

A metodologia aplicada fundamenta-se no paradigma construtivista, inspirado no entendimento de que existem muitas realidades socialmente construídas e, por isso, o investigador e investigado estão entrelaçados. O método proposto na avaliação de quarta geração, sistematizado por GUBA e LINCOLN (2001) foi aplicado parcialmente neste estudo, com adaptações de acordo às condições possíveis de investigação e intervenção que visem avançar na implantação da política de SANS em Cláudio.

2 A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEUS EFEITOS NO MUNICÍPIO

Dados levantados por técnicos do Banco Mundial indicam que entre 2010 e 2050 a população crescerá 33% no mundo, passando de 6,9 bi (2010) para 9,1 bilhões de habitantes (2050). Para cada 70 habitantes das cidades haverá 30 pessoas produzindo alimentos no meio rural em 2050. Situação inversa ocorria na década de 1960, quando havia 67 pessoas produzindo alimentos para si e para 33 consumidores urbanos (ONU, 2013).

As projeções para a produção de alimentos e para o crescimento da população mundial indicam um cenário caótico de insustentabilidade ambiental. A soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos, especialmente dos países periféricos como o Brasil, ficam sob a ameaça da crescente escassez dos recursos naturais como a terra produtiva e a água; o aumento da população global; o aumento do consumo massificado de alimentos industrializados e a crescente urbanização.

Para o enfrentamento da situação, o Brasil inseriu o tema Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável na sua agenda pública como pauta relevante nos debates e nos procedimentos sobre políticas locais, regionais e nacionais, bem como em âmbito internacional. A fim de alcançar resultados afirmativos criou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PNSANS), instituída em 2006, por meio da Lei Federal n. 11.346. Desde então, além de criar uma estrutura intersetorial envolvendo as áreas diretamente ligadas à produção, comercialização e consumo de alimentos, instituiu o controle social para definir as prioridades da política.

A consolidação da Política de SANS depende ainda de estabelecer interfaces diretas com diversas políticas públicas do setor de saúde, tais como a Política Nacional de Promoção à Saúde (2006), o Programa Saúde na Escola (2007) e outras ações intersetoriais e estratégicas de promoção da alimentação saudável, especialmente nas escolas.

Minas Gerais saiu na frente e no ano de 2005 já avançava na implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da organização do sistema estadual, com o propósito de ser uma política transversal na qual os órgãos dos governos federal, estadual, municipal e as organizações civis poderiam ou deveriam atuar conjuntamente em prol do desenvolvimento e efetivação desse sistema nos municípios.

Em 2017 o governo do Estado sancionou a Lei n. 22806, de 29/12/2017 – que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans – e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan – no âmbito do Estado.

A partir de uma estrutura de governança já instalada no âmbito do governo estadual, torna-se necessária a construção participativa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em todas as esferas de governo, especialmente no nível local. A organização do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e sua adesão aos sistemas federal e estadual integram a política nas três esferas de poder e instrumentaliza a necessária execução intersetorial da política. Envolve, portanto, os órgãos de governo e as organizações civis, para que possam atuar conjuntamente em uma estrutura de governança compartilhada, envolvendo o poder público e a sociedade civil.

Cláudio não dispõe de Conselho de SANS e neste sentido, há que se considerar a produção agrícola familiar e suas contribuições para o desenvolvimento da área rural do município e garantia de qualidade da alimentação escolar, e para a implementação da política de SANS, que busca assegurar o direito de todo(a)s a alimentação adequada.

Um dos feitos do novo rural é a queda da oferta de mão-de-obra nas atividades agrícolas e a crescente demanda por alimentos. A situação influencia as práticas de produção da agricultura

familiar e amplia as contradições que envolvem a realidade do pequeno produtor, estimulado a atender diretrizes da política de qualidade e sustentabilidade da produção, ao mesmo tempo, o crescente modelo produtivo do agronegócio, focado na lógica capitalista de mercado.

Nesta perspectiva, a agricultura familiar no Brasil caracteriza-se como um segmento que exerce importante papel na segurança alimentar e nutricional, na proteção ao meio ambiente, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local mais sustentável. Destaca-se como um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias. Para atingir resultados afirmativos foi criada no Brasil a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PNSANS), em 2006, por meio da Lei Federal n. 11.346. Além de propor uma estrutura intersetorial envolve as áreas diretamente ligadas à produção, comercialização e consumo de alimentos, e institui o controle social para definir as prioridades da política e democratizar o processo.

Todavia, a consolidação da Política de SANS depende ainda do estabelecimento efetivo de interfaces diretas com diversas políticas públicas, especialmente dos setores de educação e de saúde, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Promoção à Saúde (2006), o Programa Saúde na Escola (2007) e outras ações intersetoriais e estratégicas de promoção da alimentação saudável. O PNAE, regulamentado pela Lei Federal n. 11.947/2009, no artigo 14, determina que, no mínimo, 30% do total do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para financiamento da alimentação escolar, devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Tal dispositivo impactou a renda anual dos agricultores familiares, injetando cerca de R\$ 20 mil, e ampliou o mercado institucional com a garantia de comercialização de produtos da agricultura familiar no período letivo.

Em Cláudio, a cultura agrofamiliar demonstra potencial, ainda que um número restrito de produtores acessa o PNAE. Não há uma perspectiva concreta de implantação do sistema de SANS no Município, ainda que o fornecimento de alimentos da agricultura familiar ultrapasse o mínimo estabelecido por lei. Contudo os equipamentos públicos previstos na política, que contribuem para a interligação entre os processos de produção, comercialização e consumo, tais como o restaurante popular, banco de alimentos e cozinha comunitária não existem, bem como o Conselho Municipal de SAN. O tema da SAN não tem a visibilidade necessária junto a sociedade local.

2.1 Estruturação da política de SAN: conceitos e entendimentos legais

O conceito de segurança alimentar é recente, originou-se na Europa, no início do século XX, referindo-se à capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação – uma crescente preocupação diante dos efeitos sociais e econômicos devastadores e imediatos das duas grandes guerras.

O meio rural no Brasil, especialmente nas duas últimas décadas, adquiriu novas funções não agrícolas, abarcando atividades econômicas dos setores secundário e terciário. A nova configuração espacial do meio rural estabelece limites tênues entre o rural e o urbano. Os

resultados são o esvaziamento de mão-de-obra nas atividades agrícolas e a crescente demanda por alimentos.

A situação influencia as práticas de produção da agricultura familiar e amplia as contradições que envolvem a realidade do pequeno produtor, estimulado a atender diretrizes da política de qualidade e sustentabilidade da produção, ao mesmo tempo, enquadrado pelo modelo produtivo do agronegócio, focado na lógica capitalista de mercado (GRAZIANO DA SILVA, 2000).

A agricultura familiar no Brasil caracteriza-se como um segmento que exerce importante papel na segurança alimentar e nutricional, na proteção ao meio ambiente, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local. Guilhoto (2010) ressalta que a agricultura familiar destaca-se como um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda. Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostram que, no Brasil, a agricultura familiar ocupa cerca de 80% da população do setor rural e responde por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa do consumidor, apesar de ter menos de 20% das terras agricultáveis do país.

No âmbito da Educação, um marco legal é o PNAE (BRASIL, 2006b), que desde 2009, por intermédio da Lei Federal n. 11.947/2009, em seu artigo 14, determina que, no mínimo, 30% do total do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (BRASIL, 2009). O PNAE amplia o mercado institucional para a comercialização de produtos da agricultura familiar e reforça o dispositivo legal da Lei Federal n. 11.346/2006, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PNSANS).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: uma abordagem construtivista

A Avaliação de Quarta Geração, método sistematizado por GUBA & LINCOLN (2001) tem como fundamento o paradigma construtivista, inspirado no entendimento de que existem muitas realidades socialmente construídas e, por isso, o investigador e investigado estão entrelaçados, o método foi aplicado parcialmente neste estudo e adaptado às condições possíveis de investigação e intervenção proposta no sentido de avançar na implantação da política de SANS em Cláudio.

O tema da SANS e a produção da agricultura familiar chamam a atenção da Universidade devido a sua centralidade na questão social e, às peculiaridades locais identificadas, tais como o número de agricultores familiares; a diversidade da produção; a tendência empreendedora e a presença de agroindústrias familiares; a organização política dos produtores e o apoio do Executivo Municipal na comercialização com o mercado institucional. Por outro lado, chama a atenção a falta do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, principal órgão colegiado e de controle social da política pública de SANS.

O trabalho de campo envolve a EMATER local, responsável pelo cadastro e expedição das

Declarações de Aptidão do Produtor Rural (DAP). Também são utilizados dados do censo rural e demográfico realizados pelo IBGE em 2006 e 2010, respectivamente, além de informações disponíveis no sistema de informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); documentos legais e diagnósticos socioterritorial e socioeconômico, que o Município dispõe e que foram elaborados por técnicos da UEMG em outros momentos.

Foram feitas entrevistas com agricultores familiares, diretores escolares, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Assessoria de Promoção Social, para identificar se há ações isoladas de SANS desenvolvidas no Município, bem como, compreender quais as dificuldades de implantação da política no Município. Na oportunidade esses atores serão sensibilizados a participarem do curso.

De acordo com dados do IBGE (2010) Cláudio é um município de pequeno porte, situado na mesorregião Oeste de Minas e microrregião de Divinópolis. Registra densidade demográfica de 40,86 hab/km² em uma área territorial de 630,706 Km². De acordo com informações do Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais (ZEE-MG, 2104) a vegetação predominante no Município é o bioma de Mata Atlântica, em transição com o Cerrado.

Dados dos censos demográficos realizados pelo IBGE em 2000 e 2010 indicam uma taxa anual de crescimento de 1,36%, passando, respectivamente, de 22.520 para 25.771 o contingente populacional do Município. A taxa de crescimento é superior às registradas em Minas Gerais (0,93%) e no Brasil (1,18%). Assim, as estimativas do IBGE são de 27.827 o número de habitantes em 2015 no Município, mantendo-se a tendência de crescimento.

A estrutura demográfica do município de Cláudio apresenta alterações no período de 2000 a 2010 e revela maior crescimento da população idosa de 65 anos ou mais, da ordem de 2,6% em média por ano. Registra-se crescimento negativo de -0,9% da população de 0 a 14 anos de idade. As crianças e adolescentes que correspondiam a 28,6% do total da população local em 2000, reduziram para 22,9%, em 2010. A faixa etária de 15 a 59 anos cresceu em média 2,04% ao ano, passando de 14.012 habitantes em 2000 para 17.154 em 2010, representando 66,6% da população do Município.

Outro aspecto relevante é a taxa de urbanização da cidade, aumentou de 76,31%, no ano de 2000, para 82,08% em 2010. São 21.154 moradores na área urbana e 4.617 moradores na área rural (IBGE, 2010). Do total de moradores da área rural 1.797 são agricultores familiares com a Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) e apenas 25 deles comercializam com o mercado institucional.

De acordo com os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), as ocupações nas indústrias de transformação de Cláudio representam o setor que mais emprega na cidade, tanto homens quanto mulheres. O setor agropecuário, pesca e aquicultura emprega uma proporção muito mais elevada de mão-de-obra masculina, enquanto setores como educação e serviços domésticos empregavam substancialmente mais mulheres.



Gráfico 1- Número de pessoas com 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência no município de Cláudio. Divisão por gênero e atividade econômica

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2010).

A participação do setor de indústrias de transformação atinge 30% dos empregos gerados. Em seguida o setor de comércio com 12%, depois o agropecuário com 11%, serviços domésticos com 7%, construção 6% e educação 4%. A soma de todos outros setores totaliza 30%.

Ainda que o setor agropecuário não seja o mais expressivo na economia local, ele tem uma decisiva participação na garantia do direito humano à alimentação adequada e de qualidade, e neste sentido chama a atenções de diversas áreas da gestão pública que lidam com a saúde, educação produção de alimentos e assistência social.

3.1. Material e Métodos

Foram sorteadas duas escolas públicas, uma municipal e uma estadual, o critério considerou o fato de que nas escolas municipais as compras ocorrem de maneira centralizada, há um setor que gerencia a compra dos alimentos para todas as unidades da rede pública municipal. Enquanto nas escolas públicas estaduais a compra dos alimentos ocorre de forma descentralizada, cabendo a cada unidade realizar sua chamada pública.

Foram acompanhadas chamadas públicas e entrevistados diretoras, professores, familiares e alunos das escolas E. M. Dr. Wilson Veado e E. E. Inocência Amorim. O objetivo foi

identificar as dificuldades do funcionamento do PNAE no Município. Constatou-se que a APAF, com o apoio da Prefeitura Municipal que mantém um entreposto em funcionamento, assegura-se a comercialização dos agricultores familiares com as escolas porque a Associação faz a venda, a entrega dos produtos e fornece as notas fiscais. A Associação cuida da logística de recebimento e entrega dos produtos para a alimentação escolar, cumprindo as normas estabelecidas nas chamadas públicas.

Na avaliação das diretoras escolares e cantineiras entrevistadas os alimentos entregues pela APAF têm qualidade todavia não forneçam toda a variedade necessária.

Após a pesquisa de campo e análise dos dados e informações levantados foi oferecida a capacitação para técnicos que integram a Rede Intersetorial da prefeitura municipal de Cláudio. E sugerido que o tema permaneça na agenda política do Município até que o conselho e o sistema sejam instituídos. Desta forma, a proposta é que o trabalho continue em 2018, e a discussão amadureça de tal forma que os atores envolvidos providenciem a institucionalização da política de SANS em Cláudio e criem a estrutura necessária. No decorrer de 2017 foram desenvolvidas várias atividades, conforme descritas abaixo, com o propósito de introduzir o debate sobre a implementação da política de SANS no Município:

A análise das entrevistas possibilitou caracterizar a agricultura familiar de Cláudio e conhecer a gestão do PNAE e PAA e as perspectivas de implantação da política de SANS no Município, conforme se verificam nos resultados da pesquisa e na intervenção realizada e descrita nos resultados e discussão, seção que se segue.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: uma construção coletiva

A primeira entrevista ocorreu com a APAF porque representa os agricultores familiares do Município e gerencia o sistema de fornecimento da alimentação oriunda da Agricultura Familiar para as escolas públicas. A entrevista foi com o sr. Raimundo Tadeu de Moraes – presidente da Associação por dois mandatos, produtor de queijo e atualmente tesoureiro da APAF. Também foi entrevistada a funcionária da Associação, Jessica Amaral Rezende dos Santos. Segundo eles a APAF foi criada em 2008 para 2009, momento oportuno para a comercialização de produtos da agricultura familiar para as escolas públicas, em cumprimento a determinação do PNAE, que exige que, no mínimo, 30% dos produtos utilizados na alimentação escolar sejam da agricultura familiar. Veio para “salvar” o produtor que já estava estabelecido no ramo agrícola.

São 25 famílias de agricultores associadas à APAF em um universo de quase 2 mil produtores familiares. Essas famílias cultivam: mandioca, tomate, pimentão, moranga, cará, repolho, alface, beterraba, abobrinha de porco, cenoura, laranja, mamão e banana e mantêm a produção de peixe (tilápia) e mel. O apicultor tem uma parceria com uma empresa que envasa o mel em sachê. Os agricultores ainda não processam as frutas, portanto, não trabalham com polpas, que são fornecidas por produtores de Divinópolis. As agroindústrias instaladas no município de Cláudio produzem queijo, tempero, biscoito e doce.

Cabe a APAF avaliar a qualidade e distribuir os produtos. Se estiver em condições inadequadas, é devolvido ao produtor. Nas épocas de baixa colheita a avaliação é menos

criterosa para não prejudicar os agricultores familiares. A Associação recebe os produtos em seu estado natural e, alguns deles são cortados e empacotados para agregar valor e facilitar o processo para as cantineiras, exemplo disso é a mandioca, que é entregue descascada. Além de agregar valor, facilitar para as cantineira e evita o desperdício.

A APAF funciona em um escritório no centro da cidade, onde trata das questões fiscais e da avaliação do produto. As unidades de produção estão distribuídas na área rural do Município. O produtor confia no mercado institucional a ponto de entregar os produtos sem um projeto de venda.

A EMATER oferece assistência técnica e extensão rural, com limitações porque dispõe de apenas um engenheiro agrônomo e um sociólogo para atender todos os produtores. Familiares do Município. De modo geral, os agricultores familiares observam os princípios e instruções fornecidas pela Emater, mas ainda não há uma expressiva adesão às técnicas agroecológicas. Ainda segundo o extensionista da Emater local, Euler, todos os produtores familiares de Cláudio dispõem de manual e certificação de boas práticas.

Com o suporte da Emater a APAF comercializa com o mercado institucional e fornece alimentos para a alimentação escolar, conforme regras definidas no PNAE. O Município supera a exigência de utilização de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar local. Em 2015, foram 46% de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. As escolas estaduais estão mais participativas e melhor financeiramente, mas o município está usando com complementação de recursos para a alimentação escolar.

No município, o sistema de conexão entre a associação e as escolas é centralizado. Um trabalhador (geralmente a vice-diretora) é encarregado de ver as necessidades e repassa-las para serem atendidas, facilitando a movimentação dos pedidos. Já no Estado, cada escola é responsável em entrar em contato, sendo o cardápio desenvolvido com uma menor variedade de produtos. Esta diferenciação ocorre devido à faixa etária e por quantidade demandada. No Estado são alunos maiores e no Município há o Horário Integral e outras atividades que requerem uma maior quantidade de fornecimento. Os cardápios são diferenciados analisando essas especificações e a cultura escolar. O fornecimento de frutas nas escolas segue algumas observações das gestoras escolares e das nutricionistas. Frutas como a mexerica e a goiaba não são pedidas. Já banana, mamão e laranja são as únicas frutas que integram a oferta. Em 2015, houve fornecimento de doce. Em 2014, 2015 e 2016, de filé de peixe 1 vez por semana no Horário Integral e duas vezes por semana no CEMEI. O custo elevado do peixe fez com que fosse retirado do cardápio. Cenoura e maçã não são fornecidos e a batata são adquiridas no CEASA e vendidas por meio do pregão. O ovo é fornecido pela APAF.

Além do PNAE os agricultores familiares de Cláudio vendem alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal. O PAA também faz parte da Política nacional de SAN e se fundamenta na aquisição de alimentos e doação para instituições beneficentes cadastradas e com documentação regularizada. Na última atualização, estavam cadastradas 11 instituições beneficentes, que recebem os alimentos e 25 produtores que fornecem os alimentos. O PAA possibilita aos agricultores familiares venderem anualmente

até R\$9.000,00, e mais o PNAE compra anualmente de cada agricultor familiar o total de R\$20.000,00.

Cláudio já dispõe de Serviço de Inspeção Municipal (SIM) porque integra um consórcio regional juntamente com mais 13 municípios que comercializam entre si e compartilham de serviços de inspeção sanitária e de produção. A Prefeitura Municipal fornece o veículo para buscar os produtos, a estrutura física, a estrutura tecnológica.

Segundo o extensionista da Emater local o Município enfrenta três problemas graves na área rural, que refletem na redução da produção. O primeiro é a crescente violência no campo; o segundo, é a escassez de água e o terceiro é a transição. A transição é a passagem do negócio do produtor para seu filho. Os jovens estão efetivamente abandonando o campo. O dono do empreendimento vai envelhecendo no campo, chega um ponto que não consegue mais trabalhar e o filho não quer assumir o negócio. Então este é um ponto que a Emater está preocupada e trabalha na expectativa de reverter.

No início do ano letivo, ocorrem reuniões entre a APAF, a Secretária Municipal de Educação e a nutricionista para a elaboração de um cardápio geral por escola que leva em consideração as produções que obtiveram maior número de produtos e a cultura alimentar de cada escola. O levantamento das preferências alimentares é repassado da escola diretamente para a APAF através da observação das cantineiras, que repassa para o vice-diretor que passa para APAF na lista semanal. No sistema vigente, a escola tem a responsabilidade de atualizar semanalmente a associação dos produtos que estão em falta para que os funcionários possam se organizar com os produtores. Os produtos são distribuídos de segunda a quarta-feira, sendo que na quinta e na sexta são organizadas as listagens para a semana seguinte; está foi uma outra medida contra o desperdício de alimentos e para fornecer com a melhor qualidade possível visto que chega aos estudantes um produto fresco semanalmente.

Nos eventuais acompanhamentos no serviço diário da APAF foi possível identificar um clima de familiaridade e amizade entre a escola e os funcionários, sendo que em suas visitas, ocorrem brincadeiras e conversas, demonstrando o clima harmonioso. Como visitam a dispensa das escolas diariamente, os representantes da APAF já registram os produtos que estão em falta e as próprias cantineiras repassam o que necessitam durante as outras entregas.

Na entrevista com a cantineira da Escola Municipal Dr. Wilson Veado, ficou evidenciado que os produtos fornecidos têm qualidade. Um processo de triagem ocorre quando os fornecedores entregam para APAF, os alimentos estragados ou com qualidade baixa não são entreguem nas escolas.

No sistema estadual a comercialização ocorre de forma descentralizada e cada escola é responsável por suas compras.

Nas entrevistas com os familiares de alunos e diretores escolares foi dito que as crianças têm se alimentado da forma mais saudável depois da proibição de venda de alimentos industrializados dentro das escolas. Nas escolas estaduais e municipais, há o acompanhamento do peso e das medidas dos alunos para a identificação de casos de subnutrição. Os profissionais entrevistados da Secretária de Saúde e o Professor de Educação

Física (que contribuiu para a identificação) colocaram que realmente, a política se devidamente aplicada poderia prevenir muitos problemas de saúde recorrentes aos jovens de hoje, o que melhoraria os níveis de saúde do município. Contudo, observa-se, em alguns casos, a família não colabora porque ainda se alimenta mal, sem ater-se para a questão nutricional e seus reflexos na saúde.

De acordo com a Viviane Valadares Lamounier, coordenadora de Atenção Primária e Apoio Técnico da Secretaria Municipal de Saúde de Cláudio, as unidades de saúde desenvolvem projetos / programas e parcerias relacionados ao desenvolvimento integral do aluno. O município de Cláudio está inserido no Programa Saúde na Escola (PSE) do Governo Federal que se trata de políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira com o objetivo de promover saúde e educação integral.

Ainda, segundo Viviane foi instituído um grupo de trabalho intersetorial – GTI que se reúne a cada 2 meses, o qual tem o papel de articular e apoiar a implantação e implementação das ações do Programa do município conforme, ações pactuadas juntas ao Ministério da Saúde. As execuções das ações acontecem no decorrer do ano pelos profissionais da saúde dentro das escolas e creches.

Há parceria das Unidades de Saúde com as escolas no que se refere a educação alimentar e nutricional visto que, dentre as ações pactuadas no Programa tem-se a ação “Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade”. Ação esta realizada principalmente pela nutricionista do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interrupção do PNAE nos meses de férias escolares, a exigência de qualidade e variedade de produtos, as dificuldades de produção, a falta de mão-de-obra, o crescimento da violência no campo, a escassez de água são alguns dos aspectos a serem analisados com mais profundidade e que podem justificar a baixa adesão dos agricultores familiar ao mercado institucional. Afinal, dos 1.797 agricultores familiares com a Declaração de Aptidão do Produtor (DAP), apenas 25 deles comercializam com o mercado institucional, ou seja, vendem para as escolas públicas.

Chama atenção a análise do extensionista da Emater local, que elenca três problemas graves na área rural de Cláudio, que refletem na redução da produção e repercutem na baixa adesão ao PNAE. O primeiro é a crescente violência no campo; o segundo, é a escassez de água e o terceiro é a transição. A transição é a passagem do negócio do produtor para seu filho. Os jovens estão efetivamente abandonando o campo. O dono do empreendimento vai envelhecendo no campo, chega um ponto que não consegue mais trabalhar e o filho não quer assumir o negócio. Então este é um ponto que a Emater está preocupada e trabalha na expectativa de reverter.

No tocante a implementação da Política de SSANS no município, ainda que a Prefeitura Municipal apoie a agricultura familiar e mantenha uma estrutura que viabiliza a comercialização com as escolas, o Município não dispõe de Conselho de SAN. O conselho consiste em uma instância imprescindível para a implantação da política e para o

reconhecimento de que a agricultura familiar representa importante papel na segurança alimentar e nutricional, na proteção ao meio ambiente, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local. Outro aspecto relevante da política de SANS são as interfaces que ela promove da produção agrícola com a promoção social, com a educação e com a saúde, eixos da proposta de capacitação para a política.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, A Extrema Pobreza segundo Censo Demográfico 2010. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>> Acesso em: 01 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.2, 2010.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, LOSAN (Lei n. 11.346, de 27 de setembro de 2006). Brasília, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 2006b

FAO/INCR. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, mar. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J.(1996). A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas, Instituto de Economia/ Unicamp, 217.

GUBA, E.G; LINCOLN, Y.S. Fourth generation evaluation, Newbury Park: Sage Publications, 1989 apud FURTADO, J.P. Um método construtivista para avaliação em saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 6, n. 1, p. 165-181, 2001.

GUILHOTO, J.J.M. et al. A participação da Agricultura Familiar no PIB do Brasil e de seus estados (2006-2010). Brasília: NEAD, 2010.